

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação, por lote de mil ações)

Relatório da Administração

Mensagem da Administração
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (LeasePlan) submete à apreciação de V.S.as o Balanço Patrimonial de 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abridido, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa correspondentes ao semestre findo em 2020 e 2019 e 30 de junho de 2019.

Líder mundial em Carro-como-Serviço (Car-as-a-Service), a LeasePlan é uma empresa de origem holandesa que gerencia uma frota de mais de 1,9 milhão de veículos nos mais de 30 países onde atua. Com mais de 50 anos de experiência mundial e completando 20 anos no Brasil, temos muito orgulho em apresentar nossos resultados gerados no primeiro semestre de 2020.

Mais uma vez, colmosos resultados significativos para nossa operação no Brasil traduzidos pelo lucro líquido de R\$ 10.858 (primeiro semestre de 2019 R\$ 15.965) e um aumento em nossas receitas de operações de arrendamento R\$ 128.568 (primeiro semestre de 2019 R\$ 112.532) representando um aumento de 14,3%.

No primeiro semestre de 2020 tivemos um período atípico na economia global com grandes impactos gerados pela Covid-19. Contudo, rapidamente colocamos em ação nosso plano de continuidade de negócios para proteger nossos clientes, minimizar os impactos nos negócios e em nossos clientes e se ajustar à nova economia. Continuamos prestando aos nossos clientes serviços de qualidade e com soluções completas e sustentáveis. Continuamos também cuidando de nossos colaboradores, deixando-os em trabalho remoto, reforçando nossos investimentos em tecnologia para garantir o distanciamento social, a saúde e bem estar de todos.

A solidez da LeasePlan e a estratégia acertada adotada que contou com ações de preservação de caixa, sem demissões motivadas pela crise econômica, cumprimento de todos os pagamentos junto aos fornecedores, aceleração da transformação digital, entre outras medidas, resultaram em impactos bem controlados em nossa operação.

Embora o momento econômico seja desafiador, temos a certeza de que o mercado de carro como serviço deve crescer substancialmente nos próximos anos, impulsionado pela megatendência de "propriedade do carro para uso como serviço".

Para poder oferecer esses novos serviços de mobilidade a milhões de clientes, precisamos de um modelo de negócios que seja totalmente digital, ou seja, fomentando serviços digitais em níveis de custo digitais e avançando nossas ricas fontes de dados por meio de tecnologias de inteligência artificial. Para tanto, globalmente estamos investindo em uma arquitetura digital flexível, escalável e adaptável às novas plataformas e tecnologias emergentes visando garantir não apenas o melhor serviço aos nossos clientes, como a maior eficiência de custos. Nossa nova arquitetura digital chamada "Next Generation Digital Architecture" consistirá em vários módulos baseados nas boas práticas do grupo LeasePlan, bem como nas melhores práticas de mercado. Com esta abordagem, a LeasePlan será capaz de avançar efetivamente os dados de seus 1,9 milhões de veículos para construir produtos e serviços de frota "inteligentes", e gerenciar todos os aspectos das jornadas de seus clientes em níveis de custo digital.

Orgulhamo-nos de ter na LeasePlan uma sólida estrutura de Governança Corporativa, assegurando que a gestão da empresa esteja sempre alinhada aos objetivos estratégicos globais e garantindo o desempenho e a geração de valor no longo prazo. Dedicamo-nos a assegurar que todos os nossos colaboradores e parceiros sigam os mais elevados padrões de ética, compliance e pautem suas decisões de acordo com nosso Código de Conduta e com as nossas políticas.

Atuamos dentro de um rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, com elevados padrões de gerenciamento de Riscos. Para tanto, visando garantir solidez e disponibilidade de capital para suportar o desenvolvimento dos nossos negócios, os nossos níveis de capital regulatório foram mantidos acima do requerido pelo Banco Central do Brasil e em junho de 2020 nosso índice de Basileia encerrou em 20%.

Os resultados alcançados no primeiro semestre de 2020 e o suporte aos nossos planos ambiciosos não seriam possíveis sem o comprometimento, a expertise, e o respeito e a paixão dos nossos colaboradores que fazem da LeasePlan um excelente lugar para trabalhar.

Agradecemos a eles por estarmos entre as 20 melhores empresas para se trabalhar em nossa região pela Great Place to Work®. Por fim, agradecemos a confiança dos nossos acionistas, parceiros de negócios e principalmente nossos clientes pela confiança e parceria.

Destques do Período



BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota	Jun/2020	Dez/2019
Caixa e equivalente de caixa	4	48.135	6.883
Operações de arrendamento mercantil		616.862	647.933
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado	5.(a) / 5.(a)(i)	337.989	394.524
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	5.(a) / 5.(a)(i)	(320.698)	(376.416)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	5.(a) / 5.(a)(i)	(60)	(82)
Imobilizado de arrendamento mercantil	7	599.631	629.907
Bens arrendados		702.301	720.794
Depreciações acumuladas		(102.670)	(90.887)
Outros ativos financeiros		7.586	10.048
Outros créditos	6.(a)	7.595	10.082
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito em Outros Créditos	6.(iv) / 6.(a) / (9)	(9)	(34)
Ativos fiscais	6.(ii)	7.471	13.696
Outros ativos	6.(c)	50.186	77.374
Bens não de uso próprio		23.552	50.062
Despesas antecipadas		26.634	27.312
Imobilizado de uso		1.462	1.826
Outras imobilizações de uso		2.993	3.289
Depreciações acumuladas		(1.531)	(1.463)
Intangível		571	6
TOTAL DO ATIVO		732.273	757.766

	Nota	Jun/2020	Dez/2019
PASSIVO		462.677	476.491
Passivos financeiros	8	462.677	476.491
Empréstimos no país		462.677	476.491
Passivos fiscais	10.(b)	16.471	26.188
Outros passivos financeiros	5.(d)	89.132	100.926
Provisões para contingências	9.(b)	3.484	4.512
Patrimônio líquido		160.580	149.650
Capital Social		91.561	91.561
Reserva Legal		72	72
Reserva Estatutária		65.191	65.191
Outros reservas		3.756	3.213
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		732.273	757.766

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	Junho 2020	Junho 2019
Receitas da intermediação financeira		133.198	124.589
Despesa da intermediação financeira		(65.922)	(64.518)
Resultado bruto da intermediação financeira		67.276	60.071
Resultado de provisão para perdas		46	1.015
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	5.(a)(i) / 5.(b)	46	516
Impairment (Provisão)/Reversão de Imobilizado de Arrendamento		-	499
Outras receitas (despesas) Operacionais		(12.143)	(12.753)
Receitas de aplicações financeiras		46	128
Despesas de pessoal	6.(e)	(11.198)	(9.114)
Outras despesas administrativas	6.(f)	(3.684)	(5.034)
Despesas tributárias	10.(b)	(2.031)	(1.969)
Outras receitas operacionais	6.(g)	5.061	3.602
Outras despesas operacionais	6.(g)	(337)	(366)
Resultado Operacional		25.178	28.332
Resultado antes da Tributação sobre o lucro		25.178	28.332
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	10.(a)	(14.320)	(12.367)
Provisão para Imposto de Renda		(9.005)	(7.725)
Provisão para Contribuição Social		(5.315)	(4.642)
Lucro líquido do semestre		10.858	15.965
Quantidade de ações - em milhares		9.156.107	9.156.107
Lucro por ação - R\$		1,19	1,74

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	Junho 2020	Junho 2019
Lucro líquido do semestre	10.858	15.965
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado do exercício de períodos subsequentes	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado do exercício de períodos subsequentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	10.858	15.965

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	91.561	1.663	25.741	-	118.965
Lucro Líquido do período	-	-	-	15.965	15.965
Constituição da Reserva Legal	-	798	-	(798)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(543)	-
Constituição da Reserva Estatutária	-	-	15.167	(15.167)	-
Saldos em 30 de junho de 2019	91.561	2.461	40.909	-	134.931
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	15.025	15.029
Constituição da Reserva Legal	-	752	-	(752)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(310)	(310)
Constituição da Reserva Estatutária	-	-	13.966	(13.966)	-
Saldos em 1 de janeiro de 2020	91.561	3.213	54.876	-	149.650
Lucro Líquido do período	-	-	-	10.858	10.858
Constituição da Reserva Legal	-	543	-	(543)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(310)	-
Constituição da Reserva Estatutária	-	-	10.315	(10.315)	-
Saldos em 30 de junho de 2020	91.561	3.756	65.191	-	160.580

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

	Junho 2020	Junho 2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais	10.858	15.965
Lucro (Prejuízo) líquido do período	10.858	15.965
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	33.606	29.296
Impairment	-	499
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(46)	(516)
Provisão para contingências civis, fiscais e trabalhistas	(1.203)	211
Despesas de juros	17.231	17.068
Lucro líquido ajustado	33.830	62.523
(Aumento) redução em ativos operacionais	33.830	(64.256)
Operações de arrendamento mercantil	817	(4.532)
Outros ativos financeiros	8.712	5.826
Outros ativos	27.188	9.665
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(65.092)	(117.841)
Alienação de imobilizado de arrendamento	62.205	56.626
Aumento (redução) em passivos operacionais	(21.231)	(3.637)
Outras obrigações	(11.604)	3.991
Investimento em participação societária	(9.717)	(7.628)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	72.956	4.629
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	(882)	(1.613)
Alienação de imobilizado de uso	237	999
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	(645)	(614)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Juros pagos	(18.559)	(12.601)
Empréstimos captados	10.100	69.500
Empréstimos amortizados de principal	(114.000)	(63.500)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(112.509)	(6.601)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	41.311	(2.586)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6.883	6.824
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	48.135	4.237
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	41.311	(2.586)

NOTAS EXPLICATIVAS À ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (Instituição) faz parte de uma empresa de gerenciamento-to de frotas de origem holandesa com mais de 50 anos de experiência no setor e presente em mais de 30 países. A Instituição é uma subsidiária da LeasePlan Corporation N.V., com sede na Holanda, e da Lease Plan Brasil Ltda. com sede na Alameda Rio Negro, 500 Barueri-SP. A Instituição foi constituída em 5 de julho de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 5 de outubro de 2001. Iniciou suas operações de Arrendamento Mercantil no primeiro semestre de 2002. A principal atividade da empresa é a gestão de frotas multimarcas para empresas através da modalidade "Leasing Operacional". A gestão engloba a compra dos veículos, o Leasing operacional, os serviços de manutenção e reparos prestados através da rede de fornecedores selecionados pela LeasePlan, a administração dos custos inerentes aos veículos, orientação e suporte na política de frotas, relatórios e atendimento aos gestores de frota e condutores além da venda do veículo objeto de arrendamento. A empresa busca consolidar sua presença no mercado brasileiro, oferecendo produtos inovadores e serviços de alta qualidade para satisfazer as necessidades de seus clientes, facilitando assim o gerenciamento de suas frotas.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, em consonância com os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) relacionados ao processo de convergência internacional dos contábeis, os quais são aplicáveis às sociedades de arrendamento mercantil somente quando aprovadas pelo BACEN. **Resolução CMN nº 4.720/19 e Circular Bacen nº 3.959/19:** Com base na Resolução CMN nº 4.720/19 e Circular Bacen nº 3.959/19 realizamos as alterações na apresentação das Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2020 atendendo aos requerimentos das respectivas normas, onde destacamos as principais mudanças: **Balanco Patrimonial:** Apresentação dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas. Adoção de nova nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais. **Demonstração do Resultado:** Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes alocadas no "Resultado de provisão para perdas" passando a ser apresentado logo após "Resultado bruto da intermediação financeira"; Eliminação da nomenclatura de "Resultado não operacional", bem como receitas e despesas não operacionais. Itens com essas características passaram a ser denominados "Outras receitas" ou "Outras despesas". A administração da Instituição declara que as divulgações realizadas apresentam todas as informações relevantes utilizadas para a gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente nos períodos apresentados. As Demonstrações Contábeis da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. foram aprovadas pela Diretoria em 23 de setembro de 2020.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a. Moeda funcional e de apresentação: As informações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Instituição. **b. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa, estão incluídos caixa e contas correntes em bancos e aplicações financeiras com prazo original igual ou inferior a noventa dias com risco insignificante de mudança de valor. Estes recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c. Operações de Arrendamento Mercantil:** A carteira de Arrendamento Mercantil Operacional é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda e da Resolução nº 2.309/96 e 4.696/18 divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir: **(i) Arrendamentos Operacionais a Receber:** Refletem o valor presente das contraprestações a receber, atualizado de acordo com índices e critérios estabelecidos contratuariamente. **(ii) Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil Operacional:** Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber, sendo apropriadas ao resultado líquido da emissão dos contratos. **(iii) Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional:** Registrado pelo custo de aquisição, deduzidas as respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo prazo dos contratos de Arrendamento Mercantil Operacional e baseada na estimativa do valor de mercado dos respectivos bens ao final do contrato. **d. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito:** Constituída com base na análise dos riscos de realização das contraprestações, em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas e atendendo as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que e requer a análise periódica da carteira e suas classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (100% provisionado). As operações de Arrendamento Mercantil Operacional são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos clientes e seus setores de atividades, não se limitando à ocorrência de inadimplência. **e. Imobilizado de Uso:** O imobilizado de Uso correspondente aos direitos e bens corpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da Instituição. Até dezembro de 2016, foram demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação ou amortização acumulada, e a depreciação e amortização foram calculadas pelo método linear com base na vida útil econômica dos ativos: 60 meses para móveis, utensílios e instalações; e 48 meses para equipamentos de informática e telecomunicação. A partir de Janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Instituição espera utilizar o ativo. Os bens adquiridos para constituir contratos de Arrendamento Mercantil Operacional são reconhecidos no balanço sobre a rubrica Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional. **f. Intangível:** O Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da Instituição, de acordo com a Resolução nº 3.642/08, do Conselho Monetário Nacional (CMN). São demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear pelo período de vida útil econômica de 36 meses. **g. Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos (Impairment):** Os bens do Imobilizado de Uso e de Arrendamento Mercantil Operacional, são submetidos anualmente ao teste de valor recuperável de ativos. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor recuperável do ativo for menor que o valor em uso de acordo com o CPC01, o ativo será reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma perda estimada, reconhecida no resultado do período sobre a rubrica Impairment. **h. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias:** O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes, e das obrigações legais é realizado de acordo com a Resolução nº 3.823/09, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Circular CIRC nº 3.429/10 do Banco Central do Brasil (BACEN), e em conformidade com o CPC 25 conforme descrito a seguir: **i. Ativos Contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem com elevado grau de confiabilidade a realização (como decisões judiciais favoráveis transgredidas em julgado, confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível). **j. Passivos Contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos através de ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e sua classificação leva em consideração a probabilidade da exigência de recursos financeiros para a liquidação além da segurança com que o montante possa ser estimado. **k. Obrigações Legais:** Decorrem de exigências relativas às obrigações tributárias, cuja legalidade e exigibilidade é objeto de contestação judicial, são registradas pelo valor integral em discussão e atualizadas de acordo com a regulamentação vigente. **l. Tributos:** Calculadas as alíquotas abaixo, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada tributo. **m. Estimativas contábeis:** Na preparação das Demonstrações Contábeis são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: perdas estimadas para contraprestações de arrendamentos operacionais de liquidação duvidosa, depreciação do ativo imobilizado de uso, provisões para contingências e avaliação de valor recuperável dos ativos (Impairment) e provisões fiscais, civis e trabalhistas. A liquidação das operações envolvendo esses itens poderá resultar em valores divergentes dos reconhecidos nas presentes demonstrações, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **n. Mensuração efeitos da Covid-19:** A Instituição Financeira vem acompanhando os impactos da Covid-19 em relação ao cenário macro econômico, as movimentações dos reguladores que viabiliza a postergação de pagamentos de Impostos e Contribuições correntes, alterações em taxas de mercado, flexibilizações de crédito em nossas operações e o monitoramento das posições dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e da evolução das captações. Além dos pontos mencionados acima uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes, e fornecedores e da gestão de continuidade dos negócios, que inclui o uso do trabalho remoto e a utilização de nossos canais digitais. Adicionalmente ressaltamos que no 1º semestre de 2020 a LeasePlan não teve renegociação e cancelamento de suas operações que trouxeram impactos significativos nos fluxos de recebimentos correntes e futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e equivalente de caixa	48.135	6.883

O saldo equivalente tratam-se basicamente de posições em conta corrente com liquidez imediata.

5. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

a) Composição da carteira e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para contraprestações de Arrendamento Mercantil Operacional:

Nível de risco	% Provisão mínima requerida	Carteira	Provisão
		30/06/2020	31/12/2019
AA	0%	7.578	7.861
B	0,5%	9.217	8.856
C	1%	1.267	1.109
D	3%	223	28
E	10%	7	254
F	30%	-	-
G	50%	-	-
H	100%	-	-
Total		17.292	18.108

(j) Movimentação da Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para Contraprestações de Arrendamento Mercantil Operacional de Liquidação Duvidosa:

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo no início do semestre	(82)	(277)
Constituição de provisão	(16)	(53)
Reversão de provisão	37	193
Reversão de provisão</		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da **LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A.** - Barueri - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa

opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades**

dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabi-

lidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 23 de setembro de 2020



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7